



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREGÃO ELETRÔNICO – FORNECIMENTO DE BENS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/3000-0000074-7**

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA HABILITAÇÃO
14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
17. DA ENTREGA DO OBJETO
18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
19. DO PAGAMENTO
20. DO REAJUSTE
21. DA FONTE DE RECURSOS
22. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
25. DAS SANÇÕES E MULTAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – AF

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - CGL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Complementar nº 9230/1991, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.191, de 30 de junho de 2009; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto nº 36.601/1996; Decreto nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002; Decreto nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto nº 42.434, de 9 de setembro de 2003; Decreto nº 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto nº 54.273, de 10 de outubro de 2018, Resolução nº 001/2013 DPGE/RS e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa à aquisição de bens, conforme descrito no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1.)** e de acordo com as condições especificadas no Anexo II - Termo de Referência.

### 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital poderá ser obtido no local ou *site* referidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.  
2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

### 3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)** será aberta sessão pública pelo pregoeiro para abertura da proposta e posteriormente para a fase de disputa.  
3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:  
4.1.1. pessoa jurídica, observado o disposto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1.)**.  
4.1.2. pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada nos termos do item 6 deste Edital;  
4.1.3. consórcio, desde que previsto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3.)**.  
4.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:  
4.2.1. declarado inidôneo por órgão ou entidade da Administração Pública;  
4.2.2. inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS;  
4.2.3. que estejam cadastradas no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativo no âmbito do Poder Judiciário Nacional, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 e Resolução CNJ nº 44/07.  
4.2.4. com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;  
4.2.5. submetido a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 4.2.6. em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto possuía familiar que exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011, na Defensoria Pública do Estado do RS;
- 4.2.7. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;
- 4.2.8. cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável e nestes termos, autorizado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.2.8.)**.
- 4.3. Não poderá participar desta licitação, ainda que direta ou indiretamente, servidor público da entidade ou do órgão contratante, ou responsável pela licitação.
- 4.3.1. Para fins do disposto no subitem 4.3, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 4.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.
- 4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 4.6. É permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que apresentem Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atendam às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 5.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este subitem, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.1.1. A apresentação da Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte na forma eletrônica, dispensa a apresentação da Declaração de enquadramento na forma do Anexo V.
- 5.2. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.
- 5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 5.5. No caso de não adjudicação à microempresa ou à empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.
- 5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3, 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao provedor do sistema, conforme preceitua o art. 3º do Decreto nº 42.434/2003.

6.2. O credenciamento será encaminhado através dos *sites* indicados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.4. O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

7.2.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se 60 (sessenta) dias.

7.3. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do produto ofertado, indicando obrigatoriamente e expressamente, a sua marca e, se for o caso, podendo ser utilizado o **modelo de proposta constante no Anexo VI deste Edital**.

7.3.1. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 7.3.

7.4. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.4.)**, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.5. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 7.5.2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, conforme referido no item 4.2, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 7.5.3. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.
- 7.5.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- 7.5.5. que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Defensoria Pública do RS;
- 7.5.6. que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº10.520/2002, Lei Federal 12.462/2011 e Lei Estadual nº13.191/2009 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- 7.6. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão e serão visualizadas pelo pregoeiro, na fase de habilitação.
- 7.7. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei Federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 7.8. Até a data limite de entrega, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, observado o item 26.4. da CGL, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12. A subcontratação, quando admitida, será estabelecida conforme **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.12.)**.
- 7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.14. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação
- 7.15. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

## **8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA**

- 8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

8.6. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

## **9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

9.1. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA**

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)**.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.2.1. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

10.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

10.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro.

10.6. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.7. Os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

10.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

10.8.1. No caso de dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

10.10. Será permitida aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

10.11. A apresentação de lances respeitará o intervalo mínimo de diferença estabelecido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 10.11.)**.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo aqueles com a devida justificativa e aceita pelo pregoeiro.

10.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.14. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.15. O sistema eletrônico avisará o encerramento do período de livre disputa, previamente estabelecido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá período (randômico) de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, onde ainda poderão ser efetuados lances livres, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.16. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5, se for o caso.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de no mínimo 1 (uma) hora, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico - **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**, que fará parte do contrato como anexo.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.3. O pregoeiro poderá exigir a apresentação de catálogo técnico ao licitante, assim como solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.3.1. O pregoeiro poderá exigir amostra, sob pena de desclassificação do licitante.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.6. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

12.6.1. não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

12.6.2. apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.6.2.)**;

12.6.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade.

12.7. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

12.8. A Administração concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.8.1. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração.

12.8.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro poderá efetuar diligência, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

12.8.2.1. questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

12.8.2.2. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.8.2.3. verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

12.8.2.4. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

12.8.2.5. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;

12.8.2.6. estudos setoriais;

12.8.2.7. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

12.8.2.8. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.

12.8.2.9. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.8.3. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.9. Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, se houver, ou no valor dos itens que compõe o LOTE não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

12.10. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço nos termos do **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL12.10.)**.

12.11. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

13.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro de no mínimo 01 (uma) hora, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

#### **13.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:**

13.2.1. registro comercial, no caso de empresa individual;

13.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.2.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.2.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.2.5. enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda,





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pela forma prevista no art. 39A da Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada do modelo constante no Anexo V ou declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

### **13.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

13.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.3.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e, independentemente da sua sede, para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei;

13.3.4. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **13.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:**

13.4.1. Conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.4.1.)**.

### **13.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

13.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei Federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

### **13.6. Do Trabalho de Menor:**

13.6.1. Para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição federal, declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

13.6.2. A apresentação da declaração de que não emprega menor, na forma do Anexo IV, será dispensada se for adotada declaração eletrônica, conforme disposto no item 7.5.

### **13.7. Documentos Complementares para Habilitação:**

13.7.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.2.8., CGL 13.4.1. e CGL 13.7.1.)**.

13.8. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e respectivo Anexo substituem os documentos para habilitação que neles constam, exceto os relativos aos itens 13.4 - Documentos Relativos à Qualificação Técnica.

13.9. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

13.10. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada, deverá ser encaminhada ao endereço indicado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.10.)**, em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu averso:

**ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE**





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## **CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

13.11. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos arrolados no subitem 13.3, exceto subitens 13.3.1 e 13.3.2, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

13.12. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública que solicitar a documentação.

13.13. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão que solicitou a documentação, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro verificar a sua renovação por meio de consulta a *sites* oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.13.1. Convocado o licitante na forma do item 13.13, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

13.14. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

13.14.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no item 26.4, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

13.14.2. no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão requeridos, os documentos para habilitação do licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

13.15. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.16. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.

13.17. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal nº 8.666/1993, e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

13.18. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo CFE, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

## **14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

14.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, exclusivamente por *e-mail*, disponibilizado no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.

14.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro no endereço no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.

14.2.1. Decairá do direito de impugnação ao Edital o licitante ou qualquer cidadão que não se manifestar em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

14.2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a Impugnação, no prazo de até vinte e quatro horas.

14.2.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.2.5. Acolhida a impugnação do licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

14.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de 20 (vinte) minutos, em formulário eletrônico específico por meio do sistema em que foi realizada a disputa, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.3.1. Será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3.2. A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

14.4.1. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso.

14.4.2. A petição de recurso dirigida à autoridade competente, por intermédio do pregoeiro, deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa – **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**.

14.4.3. O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

14.4.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4.5. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**.

14.4.6. O recurso terá efeito suspensivo.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

14.5.1. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente na Defensoria Pública do Estado do RS.

## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 16. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

16.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, após formalmente convocado, para assinar ou dar por recebido na Autorização de Fornecimento - AF.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura da Autorização de Fornecimento – AF, a Administração poderá encaminhá-la:

16.2.1. para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

16.2.2. para recebimento, através de meio eletrônico que também deverá ser dado por recebido no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu envio.

16.2.2.1. no caso do contratado não retornar com a confirmação de recebimento, o prazo será iniciado com a confirmação de leitura da mensagem eletrônica.

16.3. O prazo previsto no subitem 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CFIL/RS e ao Cadastro Informativo - CADIN/RS, pela Contratante, para identificar possível impedimento relativo ao licitante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.5. Se o adjudicatário, no ato do recebimento da AF, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à recebe-la, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **17. DA ENTREGA DO OBJETO**

17.1. O objeto será entregue conforme estabelecido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 17.1.)**.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. O objeto será recebido conforme estabelecido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 18.1.)**.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. Em atendimento a Instrução Normativa nº 01/2015 do Tesouro do Estado, para empresas que ainda não possuem conta bancária cadastrada junto ao Portal de Finanças Públicas do Estado, deverá ser enviado comprovante de dados bancários para pagamento, podendo ser cópia de folha cheque, cópia do cabeçalho do extrato bancário ou cópia do cartão da conta.

19.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela Contratada, que deverá conter o detalhamento do fornecimento realizado, no prazo de até 30 (trinta) dias, na Unidade de Finanças e Tesouraria, situada na Rua Sete de Setembro, nº 666, 6º andar, nesta Capital, contados do recebimento da Nota Fiscal.

19.3. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte do Contratante.

19.4. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art.9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

19.5. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

19.6. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante vencedor.

19.7. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;

19.8. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

19.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. A Contratante poderá reter do valor da fatura da Contratada a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

## 20. DO REAJUSTE

20.1. Não haverá reajuste para a presente contratação.

## 21. DA FONTE DE RECURSOS

21.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.1.)**.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

22.1. O adjudicatário obriga-se a manter situação regular junto ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, conforme disposto na Lei nº 10.697/1996.

22.2. Se a Administração Pública relevar o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações do adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

22.3. O adjudicatário deverá também atender às obrigações no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 22.3.)**.

## 23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1. A garantia, se exigida, poderá ser solicitada conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 23.1.)**.

## 24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com o **Estado do Rio Grande do Sul** e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

24.1.1. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

24.1.2. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

24.1.3. apresentar documentação falsa;

24.1.4. não mantiver a proposta;

24.1.5. cometer fraude fiscal;

24.1.6. comportar-se de modo inidôneo.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 24.1.6.1. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 93, 94, 95 e 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 24.2. A aplicação de sanções não exime o licitante da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à Administração.
- 24.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitem 24.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 24.3.1. multa de até 10% sobre o valor da sua proposta inicial;
- 24.3.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos;
- 24.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.
- 24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.7. As sanções previstas neste item do presente edital não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 30 da Lei Federal nº 12.846/2013.

## **25. DAS SANÇÕES E MULTAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 25.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e compensatória ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 25.2. Aquele que, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, e será descredenciado do cadastro de fornecedores do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos da Lei Estadual n.º 13.191/09.
- 25.3. O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no item 25.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a sanção de multa, nos seguintes termos:
- 25.3.1. entrega de objetos ou fornecimento de serviços fora do prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias, sendo que após este prazo poderá haver rescisão contratual unilateral pela Contratante;
- 25.3.2. descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
- 25.3.3. inexecução total do objeto licitado: até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- 25.3.4. atraso da empresa na adequação do serviço rejeitado, no montante de 1% (um por cento) do valor total do serviço ou objeto questionado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias, sendo que após este prazo poderá haver rescisão contratual unilateral pela Contratante.
- 25.4. as multas moratórias e compensatórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 25.5. a multa dobrará a cada caso de reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
- 25.6. O valor decorrente das sanções aplicadas ao Contratado, poderá ser descontado da fatura total devida pela Contratante.



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

25.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

25.8. A aplicação de sanções não exime a Contratada da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar ao Estado.

25.9. As multas deverão ser recolhidas, através de guia de arrecadação, Código 628 (FADEP), conforme disposto no Decreto Estadual nº 46.566/09, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do Contratado, podendo a Contratante descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro.

26.1.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação.

26.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

26.2. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

26.3. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. Quaisquer informações, com relação a este Edital, poderão ser obtidas exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, no *e-mail* informado no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.

26.6. Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.2.)**.

26.7. A contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.9. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

26.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

26.11. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/1993.

26.12. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou ao contrato vinculado a esta licitação.

26.14. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – AF

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)  
ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**Porto Alegre, 28 de março de 2019.**

**Autoridade Competente**





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### ANEXO I - FOLHA DE DADOS

<b>Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)</b>	<b>Complemento ou Modificação</b>
CGL 1.1.	Aquisição de materiais de expediente (atílo borracha, caixa para arquivo morto, canetas esferográficas e outros), com vistas a atender às necessidades da Sede e Comarcas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE-RS.
CGL 2.1.	Local de disponibilização do Edital: Comissão Permanente de Licitações – DPE/RS, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 666 – 4º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190, horário de expediente da DPE/RS, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou no site <a href="http://www.defensoria.rs.def.br">www.defensoria.rs.def.br</a> , aba Licitações. Email: <a href="mailto:compras@defensoria.rs.gov.br">compras@defensoria.rs.gov.br</a>
CGL 2.2.	Endereço eletrônico do ambiente de disputa: <a href="http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br">www.pregaoonlinebanrisul.com.br</a>
CGL 3.1.	Data: 16/04/2019 Horário de abertura das propostas: 10h Horário do início da disputa: 14h
CGL 4.1.1.	Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
CGL 4.1.3.	Não será permitida a participação de Consórcio.
CGL 4.2.8.	Será permitida a participação de Cooperativas. Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber: a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971; b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, de cada um dos cooperados relacionados; c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; d) registro previsto no art. 107 da Lei 5.764/1971; e) comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e f) documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: I - ata de fundação; II - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; III - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou; IV - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; III - três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e IV - ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
CGL 7.4.	Preço unitário e preço global.
CGL 7.12.	Não será permitida a subcontratação.
CGL 10.11.	Intervalo percentual mínimo entre lances: 0,01%
CGL 12.6.2.	Critério estabelecido no art.43, inc. IV da Lei 8.666/1993 e art. 4º, inc. XI, da Lei 10.520/2002.
CGL 12.10.	Não aplicável.
CGL 13.4.1.	Não será exigida comprovação da qualificação técnica.
CGL 13.7.1.	Não aplicável.
CGL 13.10.	Endereço de entrega dos documentos de habilitação/proposta: Comissão Permanente de Licitações – DPE/RS, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 666 – 4º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190, Prédio-sede da Defensoria Pública do RS.
CGL 17.1.	O licitante vencedor deverá realizar a entrega presente termo no Centro de Distribuição de Logística (CDL) da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Cânciao Gomes, nº 241, Bairro Floresta, CEP 90.220-060, Porto Alegre, horário de funcionamento das 9h às 12h e 13h às 18h, fone (51) 3225.4641 (o endereço poderá ser alterado durante o trâmite do certame, sendo indubitavelmente no Município de Porto Alegre/RS, razão pela qual o fornecedor deverá observar a Autorização de Fornecimento ou documento equivalente no momento da entrega), no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
CGL 18.1.	Provisoriamente no ato da entrega do objeto, no local descrito no Anexo II – Termo de Referência. Definitivamente em até 15 (quinze) dias, após verificação da conformidade do objeto com o discriminado no Anexo II – Termo de Referência, contados do recebimento provisório.
CGL 21.1.	Unidade Orçamentária: 30.88 Atividade/Projeto: 6755 Natureza da Despesa: 3.3.90.30.3028/3.3.90.30.3044/3.3.90.30.3013/3.3.90.30.3009 Recurso: 0162
CGL 22.3.	Obedecer às especificações do objeto, constantes no Anexo II – Termo de Referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido; Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.
CGL 23.1.	Não será solicitada Garantia de Execução.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

A licitação tem por objeto a aquisição de materiais de expediente (atilha borracha, caixa para arquivo morto, canetas esferográficas e outros), com vistas a atender às necessidades da Sede e Comarcas da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE-RS.

### 2. JUSTIFICATIVA

A Unidade de Materiais da Defensoria Pública do RS controla e mantém estoque de materiais de expediente para atendimento de suas unidades na capital e no interior. Em decorrência disso, há necessidade de reposição do estoque, nas quantidades previstas no item 3 do presente Termo de Referência, para atendimento da demanda dos setores.

### 3. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

Os lotes, quantitativos e especificações dos suprimentos do presente pregão são os elencados no quadro abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
01	01	ATILHO BORRACHA NRO 18 - 100 GR Atilho número 18; confeccionado em puro látex; cor natural; indeformável; resistente a tração e ao ressecamento; acondicionado em embalagem com 100 gr.	Pa	200
	02	CORRETIVO LÍQUIDO – TIPO ESCOLAR Corretivo líquido a base de água, 18ml, lavável, não resseca, atóxico e inodoro. Com a marca e dados do fabricante, composição e identificação do produto. De boa qualidade, com validade no mínimo de 01 ano, com selo do INMETRO.	Un	200
	03	MOLHA DEDOS - UMEDECEDOR Umedecedor de dedos em pasta para manuseio de papéis em geral, 12g, base plástica redonda com diâmetro aproximado de 7cm, não tóxico, com ação germicida a fim de evitar a contaminação da pele, que não engordure nem manche os papéis, com aroma agradável. Apresentação em caixa com 12 unidades.	Un	500
	04	REGUA PLÁSTICA CRISTAL 30 CM Régua poliestireno, cristal; escala milimétrica impressa; dimensões aproximadas: comprimento: 30 cm; largura: 3 cm.	Un	300
	05	APONTADOR DE LÁPIS – TIPO ESCOLAR Apontador de lápis, tipo escolar, plástico, com uma lâmina.	Un	200
	06	EXTRATOR GRAMPOS TIPO ESPATULA Extrator de grampos, material aço inoxidável, tratamento superficial cromado, tipo espátula; peso entre 15 e 20 g,	Un	600





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		tamanho aproximado 150 x 15 mm.		
02	01	<p>CAIXA PARA ARQUIVO MORTO - PADRÃO (350 X 130 X 240 MM PAPELÃO)</p> <p>Caixa para arquivo morto, em papelão ondulado simples, em puro Kraft, medidas mínimas de 35,5 x 13,5 x 24,5cm, peso mínimo da caixa 200g, fechamento da caixa externamente por meio de encaixe em abertura frontal, impressão em três lados com os campos para mês, ano, seção, código e contém. Deverão ser entregues cintadas em fardos com 50 unidades.</p> <p><b>*Amostra obrigatória</b></p>	Un	5.000
03	01	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL</p> <p>Caneta esferográfica, cor azul, procedência nacional, tubo em cristal transparente, cilíndrico, sextavado, resistente e durável até o término da carga; extremidades com estrutura reforçada e não rosqueáveis; gravação da marca no cilindro; tampa e plug na cor da tinta; orifício na tampa e na lateral do tubo; ponta média de 1mm, em metal, com esfera de tungstênio, perfeita e muito resistente; tinta de qualidade com rápida secagem, escrita macia, contínua e uniforme até o término da carga; compartimento de carga com diâmetro interno de no mínimo 2 mm e coluna de tinta de no mínimo 100 mm (ou volume de tinta equivalente); rendimento mínimo de 1.400m de comprimento de escrita.</p> <p>Marca de referência: BIC, ou similar, com o mesmo padrão de qualidade.</p> <p>Selo INMETRO. Apresentação em caixas com 50 unidades.</p> <p>Prazo de validade mínima de 02 anos a contar da entrega.</p> <p><b>*Amostra obrigatória</b></p>	Un	8.000
	02	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA</p> <p>Caneta esferográfica, cor vermelha, procedência nacional, tubo em cristal transparente, cilíndrico, sextavado, resistente e durável até o término da carga; extremidades com estrutura reforçada e não rosqueáveis; gravação da marca no cilindro; tampa e plug na cor da tinta; orifício na tampa e na lateral do tubo; ponta média de 1mm, em metal, com esfera de tungstênio, perfeita e muito resistente; tinta de qualidade com rápida secagem, escrita macia, contínua e uniforme até o término da carga; compartimento de carga com diâmetro interno de no mínimo 2 mm e coluna de tinta de no mínimo 100 mm (ou volume de tinta equivalente); rendimento mínimo de 1.400m de comprimento de escrita.</p> <p>Marca de referência: BIC, ou similar, com o mesmo padrão de qualidade.</p> <p>Selo INMETRO. Apresentação em caixas com 50 unidades.</p> <p>Prazo de validade mínima de 02 anos a contar da entrega.</p> <p><b>*Amostra obrigatória</b></p>	Un	2.000
	03	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA</p> <p>Caneta esferográfica, cor preta, procedência nacional, tubo em</p>	Un	3.000





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		<p>crystal transparente, cilíndrico, sextavado, resistente e durável até o término da carga; extremidades com estrutura reforçada e não rosqueáveis; gravação da marca no cilindro; tampa e plug na cor da tinta; orifício na tampa e na lateral do tubo; ponta média de 1mm, em metal, com esfera de tungstênio, perfeita e muito resistente; tinta de qualidade com rápida secagem, escrita macia, contínua e uniforme até o término da carga; compartimento de carga com diâmetro interno de no mínimo 2 mm e coluna de tinta de no mínimo 100 mm (ou volume de tinta equivalente); rendimento mínimo de 1.400m de comprimento de escrita. Marca de referência: BIC, ou similar, com o mesmo padrão de qualidade. Selo INMETRO. Apresentação em caixas com 50 unidades. Prazo de validade mínima de 02 anos a contar da entrega. <b>*Amostra obrigatória</b></p>		
04	01	<p>CESTO FIBRA CILINDRICO 23/26 X 33/35 C/ ARO METAL Lixeira, material fibra, formato cilíndrico, não inflamável, aros de metal cromados nas extremidades, com as seguintes dimensões (aproximadas): diâmetro: 23 a 26 cm, altura: 33 a 35 cm.</p>	Un	50
	02	<p>CESTO FIBRA CÔNICO 26/27 X 23/25 X 25/26 CM C/ ARO METAL Cesto em corpo de fibra especial, não inflamável; formato cônico; aros de metal cromados; com as seguintes dimensões (aproximadas): diâmetro: 26 a 27 cm, base: 23 a 25 cm, altura: 25 a 26 cm.</p>	Un	50
05	01	<p>CINTA ELÁSTICA Cinta elástica para reunir processos. Composição: elástico branco natural de alta qualidade, com acabamento lateral que evite desfiamento, 75% poliéster e 25% elastodieno. Costura em linha de poliéster na cor branca. Costura com transpasse de, no mínimo, 2,5 cm, com arremate nas duas extremidades da fita. Dimensões aproximadas: 3,5 cm de largura e 25 cm de circunferência após a costura das pontas. Deverá constar na cinta a inscrição "DPE/RS" em letras maiúsculas nas medidas aproximadas de 3 cm altura x 2 cm largura em tinta própria para tecido na cor preta.</p>	Un	5.000
06	01	<p>COLA BASTAO 20 G Cola em bastão; para colar papel e tecido; sem solvente, lavável e não tóxica; embalagem em tubo plástico contendo, no mínimo, 20 g. Embalagem com a marca e dados do fabricante, composição e identificação do produto. De boa qualidade, com validade no mínimo de 1 ano, com selo do INMETRO.</p>	Un	2.000
	02	<p>COLA BRANCA - TIPO ESCOLAR Cola branca escolar; plástica; instantânea; para papel, madeira, couro e tecido; embalagem com 40 g.</p>	Un	1.000
07	01	<p>DISCO CD-REWRITABLE</p>	Un	700





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		Disco compacto – CD-RW, capacidade 700 MB, tipo regravável, com frente impressa e box em acrílico transparente individual. Embalagem lacrada de fábrica.		
	02	DVD-RW C/BOX ACRÍLICO Disco tipo DVD-RW, com capacidade de gravação 4,7 GB, com frente impressa e box em acrílico. Embalagem lacrada de fábrica.	Un	500
08	01	BOBINA PARA IMPRESSORA TERMICA Bobina de papel, tipo térmico, largura 75 a 80 mm, Espessura do papel: 0,06 mm, Diâmetro máximo: 83 mm, Comprimento do rolo: mínimo de 40 m, na cor amarela.	Rl	2.000
09	01	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48 MM X 50 M Fita adesiva transparente, em PVC, rolo com no mínimo 48 mm de largura e com 50 m de comprimento. Cor incolor. Aplicação multiuso.	Rl	1.000
	02	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 30 M Fita adesiva transparente em com 12 mm de largura de no mínimo 30 m de comprimento	Rl	500
	03	FITA ADESIVA CREPE 48 MM X 50 M Fita Adesiva crepe especialmente tratado, composta de adesivo a base de resina e borracha, boa adesão em diversos tipos de superfícies e materiais (plástico, borracha, metal, vidro, madeira e gesso) com dimensões (aproximadas): 48mm x 50m.	Un	500
	04	FITA ADESIVA DUPLA FACE 19 MM X 20 M Fita adesiva dupla face em rolo. Largura: 19mm Comprimento: 20 metros.	Rl	200
10	01	ETIQUETA AUTO-ADESIVA FORMULÁRIO CONTINUO 125 X 48 MM 6 P/FOLHA. Etiqueta autoadesiva em formulário contínuo sanfonado. Sem impressão, formato 125 x 48 mm, em carreira com 6 etiquetas por folha. Acondicionado em caixa com 500 folhas.	Cx	4
11	01	GRAMPEADOR GRANDE – 100 FOLHAS (23/10 – 23/13) Grampeador de mesa para grandes volumes, uso profissional, capacidade de grampear, no mínimo, 100 folhas, com a base em metal e base antiderrapante, guia ajustável, canaleta e cabeçote cromados e abastecimento de grampos feitos pela parte traseira. Com indicação na embalagem e no grampeador de quais grampos são compatíveis. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	100
	02	GRAMPEADOR DE PAPÉIS (26/06) Grampeador para papel, dispositivo totalmente metálico, para grampos 26/6, com base emborrachada ou de plástico antiderrapante, capacidade mínima de grampear 25 folhas (75g) com grampo 26/6, medidas aproximadas: 12 x 4 cm, peso 200gr. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	700
	03	GRAMPO PARA GRAMPEADOR TAMANHO 26/6 Grampo cobreado para grampeador 26/6, acondicionado em	Un	2.000





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		caixa c/5.000 unidades		
12	01	MALOTE DE LONA 500MM X 400MM X 300MM Malote de lona, cor verde com fundo de lona simples, fechamento com seis meias argolas metalizadas e fechamento em couro, com visor para identificação 16 x 12 cm, totalmente impermeabilizado, com as seguintes dimensões (aproximadas): 500 mm (altura) x 400 mm (largura) x 300 mm (profundidade).	Un	50
13	01	MARCADOR TEXTO AMARELO 4,00 MM Marcador texto; amarelo; tinta: fluorescente; ponta: chanfrada; poliéster; largura: 4,00 mm. Com Selo INMETRO	Un	2.400
	02	MARCADOR TEXTO LARANJA 4,00 MM Marcador texto; laranja; tinta: fluorescente; ponta: chanfrada; poliéster; largura: 4,00 mm. Com Selo INMETRO	Un	2.400
	03	MARCADOR TEXTO ROSA 4,00 MM Marcador texto; hidrográfico; rosa; tinta: fluorescente; ponta: chanfrada; poliéster; largura: 4,00 mm. Com Selo INMETRO	Un	1.200
14	01	CLIPS NIQUELADO N 2/0 CAIXA C/100 UNID. Clipe, tratamento superficial niquelado, tamanho nº 2/0, material aço inox, diâmetro do arame: 0,90 mm; largura aproximada: 1,1 cm; altura mínima: 32,00 mm, formato paralelo. Caixa com 100 unidades.	cx	1.000
	02	CLIPS NIQUELADO N 4/0 CAIXA C/50 UNID. Clipe, tratamento superficial niquelado, tamanho nº 4/0, material aço inox, diâmetro do arame: 1,25 mm; largura aproximada: 1,3 cm; altura mínima: 40,00 mm, formato paralelo. Caixa com 50 unidades.	cx	1.000
	03	CLIPS NIQUELADO N 8/0 CAIXA C/25 UNID. Clipe, tratamento superficial niquelado, tamanho nº 8/0, material aço inox, diâmetro do arame: 1,70 mm; largura aproximada: 2,3 cm; altura mínima: 57,00 mm, formato paralelo. Cx com 25 unid.	cx	500
15	01	PENDRIVE 16 GB Pen drive, memória flash, não volátil e removível, com capacidade de 16 GB.	Un	500
16	01	PERFURADOR MANUAL DE PAPEL Perfurador de papel, metálico, alta resistência, aba longa facilitando o ato de perfurar, com capacidade de perfurar, no mínimo, 40 folhas de papel 75 g/m <sup>2</sup> por vez, mola de aço tipo corda de piano e sistema de garras cravadas na base, com marginador permitindo perfeita centralização dos furos, base plástica protetora com sistema de esvaziar os confetes, perfuração com distância entre centro de furos de 80 mm, dimensões aproximadas: 145mm   Larg. 128mm   Alt. 135mm. Marca de referência Gramp Line mod G 720 ou similar em qualidade e desempenho. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	400
17	01	PINCEL ATÔMICO AZUL (CANETÃO)	Un	1.000





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		Pincel atômico azul, ponta chanfrada indeformável, 6 x 4mm, recarregável, excelente qualidade. Gravado no corpo a marca do fabricante. Apresentação em caixas com 12 unidades. Validade mínima de 02 anos, a contar da data da entrega. Marcas de referência: Pilot, Helios Carbex, Compactor ou similar em qualidade e rendimento. <b>*Amostra obrigatória</b>		
	02	PINCEL ATÔMICO PRETO (CANETÃO) Pincel atômico preto, ponta chanfrada indeformável, 6 x 4mm, recarregável, excelente qualidade. Gravado no corpo a marca do fabricante. Apresentação em caixas com 12 unidades. Validade mínima de 02 anos, a contar da data da entrega. Marcas de referência: Pilot, Helios Carbex, Compactor ou similar em qualidade e rendimento. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	1.000
	03	PINCEL ATÔMICO VERMELHO (CANETÃO) Pincel atômico vermelho, ponta chanfrada indeformável, 6 x 4mm, recarregável, excelente qualidade. Gravado no corpo a marca do fabricante. Apresentação em caixas com 12 unidades. Validade mínima de 02 anos, a contar da data da entrega. Marcas de referência Pilot, Helios Carbex, Compactor ou similar em qualidade e rendimento. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	500
18	01	COLCHETE LATONADO NRO 5 25MM Colchete latonado, nro 5, haste com 25mm, espessura com mínimo 0,19 mm. Caixa com no mínimo 72 unidades.	Cx	200
	02	COLCHETE LATONADO NRO 7 31MM Colchete latonado, nro 7, haste com 31mm, espessura com mínimo 0,19 mm. Caixa com no mínimo 72 unidades.	Cx	200
	03	COLCHETE LATONADO NRO 10 50MM Colchete latonado, nro 10, haste com 50mm, espessura com mínimo 0,19 mm. Caixa com no mínimo 72 unidades.	Cx	200
	04	COLCHETE LATONADO NRO 14 85MM Colchete latonado, nro 14, haste com 85mm, espessura com mínimo 0,19 mm. Caixa com no mínimo 72 unidades.	Cx	200
19	01	PORTA-PAPÉIS ACRÍLICO FUME DUPLO Porta-papéis com duas bandejas, em acrílico, cor fume, cada qual medindo, aproximadamente, 36 x 26 x 4,5 cm.	Un	100
	02	PORTA-PAPÉIS ACRÍLICO FUME SIMPLES Porta-papéis com uma bandeja, em acrílico, cor fume, medindo, aproximadamente, 36 x 26 x 4,5 cm.	Un	100
20	01	PRANCHETA ACRILICO 24 X 36 CM Prancheta de acrílico, com mola prensora central, medindo no mínimo, 24 x 36 cm.	Un	100
21	01	PASTA AZ COM FERRAGEM - LOMBADA LARGA (OFÍCIO) Pasta arquivo, material papelão prensado, tipo registradora az,	Un	400





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		bolsa plástica na lombada, características adicionais 2 (dois) prendedores internos, ferragem com tratamento anti-ferrugem, niquelada, modelo alavanca e montada.		
	02	PASTA SUSPensa CARTÃO MARMORIZADO PLASTIFICADA. Pasta suspensa cartão marmorizado, com gramatura mínima de 300 g/m <sup>2</sup> , com grampo plástico e hastes plásticas com arame e ponteira plástica removíveis, acompanha visor e etiqueta branca, posições para visor, etiqueta e arquivo de saco plástico, dimensões aproximadas 360 x 240 mm e espessura 0,30 mm.	Un	2000
	03	PASTA AZ COM FERRAGEM - LOMBADA ESTREITA (OFÍCIO) Pasta arquivo, material papelão prensado, tipo registradora az, bolsa plástica na lombada, características adicionais 2 (dois) prendedores internos, ferragem com tratamento anti-ferrugem, niquelada, modelo alavanca e montada.	Un	200
	04	PASTA CARTÃO DUPLO DE 3 ABAS COM ELÁSTICO Pasta em cartão duplo com, com aproximadamente 300 g/m <sup>2</sup> , plastificada, 3 abas, formato ofício, na cor cinza, com fecho inteiriço de borracha revestido em tecido.	Un	300
	05	PASTA PLÁSTICA CRISTAL C/ FERRAGEM FORMATO A4 Pasta arquivo, material plástico transparente, tipo classificadora, dimensões aproximadas: largura 210 mm, altura 297 mm. Prendedor interno de colchetes plásticos. Características adicionais: sem elástico, tamanho A4.	Un	300
22	01	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 24 X 34 CM 0,12 MM 2 FUROS Saco, material plástico transparente, cor incolor, com 2 furos, formato 24 x 34 cm, espessura de parede dupla (mínima de 0,12 mm), Pacote com 100 unidades.	Un	70.000
23	01	TESOURA AÇO PONTA FINA 18 CM Tesoura média, 7 polegadas (18cm), em aço inoxidável de boa qualidade, ponta reta e rombuda, com cabo anatômico em plástico duro e resistente. Marcas de Referência: Mundial, Tramontina ou similar em qualidade e resistência. <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	200
24	01	ROLO DE TICKETS PARA SENHA Tickets para senha, com 03 dígitos impressos na etiqueta, pré-picotada, na cor branca, em rolo com, no mínimo, 2000 números, para uso em equipamento manual, tipo turn-o-matic, modelo DS 300.	Rl	400
25	01	PORTA-CRACHA PLÁSTICO 7 X 10 CM C/PRESILHA Porta-crachá de plástico transparente com 0,15 mm de espessura, tipo envelope, com presilha, medindo aproximadamente 7 cm de altura x 10 cm de largura.	Un.	2.000





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

26	01	PLÁSTICO BOLHA 130CM DE LARGURA X 100 METROS DE COMPRIMENTO Plástico bolha, resistente, material não reciclado, transparente, dimensão (aproximada) 130cm x 100m, gramatura 60 micras, diâmetro da bolha 10mm, peso da bobina entre 7 e 8 Kg, material natural PEBD (polietileno de baixa densidade). <b>*Amostra obrigatória</b>	Un	30
27	01	APAGADOR DE QUADRO-BRANCO MAGNÉTICO Apagador para quadro branco magnético, com base em feltro, largura entre 5,00 cm e 8,00 cm e comprimento entre 14,00 cm e 16,00 cm.	Un	50
28	01	PILHA ALCALINA “AAA” Pilha blindada em aço, tamanho pequeno, tipo palito, alcalina (AAA), 1,5 V. Acondicionada em embalagem com 2 (duas) unidades	Em	300
	02	PILHA ALCALINA “AA” Pilha blindada em aço, tamanho pequeno, alcalina (AA), 1,5 V. Acondicionada em embalagem com 2 (duas) unidades	Em	200
29	01	TINTA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO Tinta para recarga de carimbo automático, na cor preta. Marca de referência: BIC, ou similar, com o mesmo padrão de qualidade.	Un	200
	02	TINTA P/CARIMBO COR PRETA Tinta para carimbo, na cor preta, componentes: água, pigmentos, sem óleo, aspecto físico líquido, aplicação almofada. Capacidade 40 ml.	fr	50
	03	ALMOFADA P/CARIMBO NUMERO 3 S/TINTA Almofada para carimbo, número 3, sem tinta, com tampa, comprimento mínimo 10,0 cm e largura mínima 6,0 cm	Un	100
30	01	LÂMINA DE PERFURAÇÃO PARA PERFURADOR DE PAPEL Lâmina de aço temperado afiado para corte. Kit com duas lâminas Marca de referência: Kangaro HDP 2320 ou similar.	Em	200
31	01	LACRE DE SEGURANÇA NUM. ESPINHA DE PEIXE Lacre de segurança, material polipropileno, aplicação fechamento de malotes, modelo espinha de peixe, características adicionais: numerado, cor amarelo ou preto sem personalização. Acondicionado em pacote com 100 unidades. Comprimento: 23 cm.	Pa	500

Os licitantes vencedores deverão apresentar catálogo/ficha técnica do produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do pregoeiro e de sua equipe, informando também marca, modelo, sob pena de desclassificação. Os itens com Avaliação de Conformidade compulsória com o INMETRO serão analisados conforme a legislação em vigor.

#### 4. DAS AMOSTRAS

Rua Sete de Setembro, n.666.  
Centro – Porto Alegre – RS  
Brasil – Cep. 90.010-190



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



4.1. Deverá ser apresentada obrigatoriamente amostra dos itens:

- a) Lote 2, item 01;
- b) Lote 3, itens 01, 02 e 03;
- c) Lote 11, itens 01 e 02;
- d) Lote 16, item 01;
- e) Lote 17, itens 01, 02 e 03;
- f) Lote 23, item 01;
- g) Lote 26, item 01.

4.1.1. A apresentação das amostras obrigatórias deverá atender os prazos e disposições abaixo.

4.2. Face aos demais itens do certame, a Defensoria Pública **poderá** solicitar amostras dos produtos ofertados pela vencedora da etapa de lances, na quantidade de uma unidade por item, conforme a necessidade e especificidade do objeto;

4.3. As amostras, a partir da solicitação, deverão ser remetidas, em até 5 (cinco) dias úteis, ao Centro de Distribuição e Logística Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - CDL, localizado na Rua Cânciao Gomes, n.º 241, Bairro Floresta, Porto Alegre, CEP 90220-060, horário de funcionamento das 09h00 às 12h00 e 13h00 às 18h00, Fone (51) 3225-4641, sob pena de desclassificação;

4.4. A avaliação das amostras apresentadas ficará a cargo da área demandante e/ou comissão formada para este fim, a qual realizará a avaliação no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos itens;

4.5. O licitante que não encaminhar as amostras no prazo estabelecido no subitem “b” será desclassificado;

4.6. Após vencimento do prazo de entrega das amostras não serão aceitas eventuais complementações, ajustes, modificações ou substituições nos produtos apresentados para fins de adequá-los às especificações constantes neste Edital, exceto autorização expressa da (o) Pregoeira (o);

4.7. Os protótipos disponibilizados pela licitante como amostras poderão ser abertos, manuseados, desmontados, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao término de qualquer avaliação técnica;

4.8. As amostras deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da avaliação, sob pena de perdimento dos objetos apresentados em favor da Defensoria Pública, podendo ela descartá-los ou doá-los. Entendendo a área técnica pela necessidade, as amostras aprovadas poderão ser retidas para fins de comparação, até que a empresa efetue a entrega total do objeto licitado;

4.9. As despesas das ações supracitadas correrão por conta da(s) licitante(s).

## 5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

a) O licitante vencedor deverá realizar a entrega presente termo no Centro de Distribuição de Logística (CDL) da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Cânciao Gomes, n.º 241, Bairro Floresta, CEP 90.220-060, Porto Alegre, horário de funcionamento das 9h às 12h e 13h às 18h, fone (51) 3225.4641 (o endereço poderá ser alterado durante o trâmite do certame, sendo indubitavelmente no Município de Porto Alegre/RS, razão pela qual o fornecedor deverá observar a Autorização de Fornecimento ou documento equivalente no momento da entrega), **no prazo máximo de 30 (trinta) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## **6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente no ato da entrega do objeto, no local descrito no item 05 do presente Termo de Referência;
- b) Definitivamente em até 15 (quinze) dias, após verificação da conformidade do objeto com o discriminado no presente Termo de Referência, contados do recebimento provisório;

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Obedecer às especificações do objeto, constantes deste termo de referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido;
- b) Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes.
- c) Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- b) Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega do objeto e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- d) Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- e) Comunicar, por escrito, à contratada o não-recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

## **9. DO FISCAL DO CONTRATO**

- a) A presente contratação terá como fiscalização a Diretoria de Logística, sendo o servidor Marcelo Bernardes, o responsável pela solicitação da aquisição dos materiais.

## **10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

- a) Os pagamentos serão feitos contra Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o ateste da realização do objeto pela unidade fiscalizadora, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, emitida com CNPJ da contratada, na Diretoria Financeira e de Contratos, situada na Rua Sete de Setembro nº 666, 5º andar, nesta Capital, contados do recebimento.
- b) Os preços são considerados completos, e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais, parafiscais, etc.), eventual fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária aqui não especificada.





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## 11. GARANTIA

- a) Após o recebimento definitivo, o objeto da presente contratação terá a cobertura da garantia legal prevista na Lei nº 8.078/90.
- b) A CONTRATADA fica obrigada a substituir todo e qualquer material que apresentar defeito de fabricação durante o período de garantia.
- c) A garantia aqui requerida não trará prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pela CONTRATADA.

---

Responsável







DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR (Modelo)

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade Nº .....e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Responsável





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP (Modelo)

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos para efeito de qualificação como MPE, e que:

- 1) Atende os requisitos previstos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;
- 2) Possui registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro ou CCMEI indicando que se enquadra como MPE;
- 3) Que no ano fiscal anterior ao exercício atual não excedeu o limite de faturamento referente ao enquadramento como MPE;

Portanto, estando apta a usufruir dos benefícios de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, não havendo fato superveniente impeditivo da participação do certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Responsável





DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019**

O objeto da presente proposta é o fornecimento dos itens abaixo relacionados, para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE-RS, nos termos do Pregão Eletrônico Nº 16/2019.

Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

<b>Lote</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant</b>	<b>Marca/ Modelo</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>

**CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

Prazo de Execução:

Validade da Proposta:

Garantia do Objeto:

**DADOS DA EMPRESA E CONTATO**

Nome da empresa:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail da empresa:

Nome do contato na empresa que tratará da execução do objeto:

Fone (caso distinto do informado acima):

E-mail do contato:

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco:

Agência:

Conta:

Assinatura do Representante Legal

